



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

Ofício nº 0291/ 2025 - GSEGIRAO

Senhor Presidente,

Declaro, nos termos do Regimento do Senado Federal e do Regimento Comum do Congresso Nacional, que na Sessão do Congresso convocada para o dia 27/11/2025, seja registrado o meu voto contrário ao PLN 31/2025.

Solicito ainda que este meu voto seja declarado pelo Senhor Presidente da sessão quando da proclamação do resultado da votação.

Voto contrário ao PLN 31/2025 por uma razão muito simples, o Brasil está no limite da sua capacidade de sustentar o crescimento desenfreado da máquina pública, e este projeto, infelizmente, vai na direção oposta do que a situação fiscal do país exige.

O texto propõe a criação de nada menos que 8.600 novos cargos efetivos no Ministério da Educação (MEC), além de autorizar provimentos adicionais no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e nas polícias do Distrito Federal.

Essas despesas entram diretamente no gasto obrigatório da União, aumentando a folha de pagamentos num momento em que a população sofre com

impostos altos, serviços públicos fragilizados e um governo que não consegue cortar desperdícios.

Quero deixar claro, cristalinamente claro, que meu voto contrário NÃO é, de forma alguma, contra a Polícia Militar e a Polícia Civil do Distrito Federal.

Pelo contrário, tenho enorme respeito, admiração e gratidão pela nossa polícia, que arrisca a vida diariamente, muitas vezes sem as condições mínimas, segurando com bravura um país que enfrenta violência crescente. Se a matéria tratasse exclusivamente do reforço das forças de segurança, meu voto seria favorável sem hesitação, mas não é isso que está em discussão.

O que o governo fez foi colocar tudo no mesmo pacote, misturou um ponto sensível e legítimo, o reforço das polícias, com um volume gigantesco de expansão da máquina federal, sobretudo no MEC, sem apresentar estudo consistente de impacto fiscal, sem estratégia clara para melhorar a qualidade da educação e sem qualquer contrapartida de eficiência.

O próprio documento técnico do nosso partido alerta: trata-se de aumento expressivo de despesa obrigatória, num país já sufocado por um Estado pesado, caro e ineficiente. A sociedade paga a conta, sempre ela, enquanto a União segue ampliando estruturas, criando cargos e empurrando a fatura para as próximas gerações. O Brasil precisa de responsabilidade, planejamento e foco no essencial.

Não podemos continuar aprovando propostas que ampliam gastos permanentes sem demonstrar como serão financiados de forma sustentável, sem

tocar no tamanho da máquina e sem garantir que esses novos cargos vão melhorar efetivamente a vida do cidadão.

Por isso, meu voto é coerente com a defesa que faço diariamente da boa gestão do dinheiro público. É em respeito às famílias brasileiras, que pagam impostos demais e recebem de menos. É num gesto de honestidade com o país, que precisa enxugar gastos obrigatórios e não os multiplicar.

E, reforço mais uma vez: minha posição não é contra a polícia, jamais, é contra o abuso fiscal embutido dentro de um projeto que acrescenta milhares de cargos permanentes no MEC e amplia despesas obrigatórias sem responsabilidade.

O Brasil precisa de coragem para dizer “não” aos excessos. É isso que faço nesta declaração de voto, defendendo o povo que represento e votando de forma alinhada ao interesse do país.

Atenciosamente,

**Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)**